



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**REQUERIMENTO DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 0023/2025**

Nos termos do disposto no inciso VI do art. 130 do Regimento Interno desta Casa, fui designado à relatoria do Projeto de Lei nº 0023/2025, por meio do qual se pretende declarar como de utilidade pública estadual a Liga Atlético Vale do Mampituba, de Passo de Torres.

Com efeito, na análise dos autos, constatei que a entidade apresentou a **ata de eleição e posse da diretoria desatualizada**, em desacordo com as exigências legais, nos termos que preconiza o inciso V do art. 3º da Lei nº 18.269<sup>1</sup>, de 9 de dezembro de 2021, que assim enuncia:

Art. 3º Para ser declarada de utilidade pública a entidade deverá comprovar os seguintes requisitos:

[...]

V – apresentar **ata da eleição e posse da diretoria em exercício**, registradas em Cartório; (Redação dada pela Lei 18.822, de 2024)

[...]

(grifei)

Observa-se que a ata de eleição e posse da diretoria em exercício que se encontra nos autos está desatualizada, visto que se refere à gestão que encerrou em dezembro de 2024, conforme exige o inciso V do art. 3º da Lei que rege a matéria.

---

<sup>1</sup> Lei nº 18.269, de 9 de dezembro de 2021, que “Dispõe sobre a concessão e a manutenção do Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina.”



Assim, entendo ser necessário recorrer ao disposto no inciso XIV do art. 71 do Regimento Interno desta Assembleia, após ouvidos os Membros deste Colegiado, para solicitar **DILIGÊNCIA INTERNA** ao Autor do projeto de lei, Deputada Tiago Zilli, a fim de que encaminhe aos autos a **ata de eleição e posse da diretoria em exercício atualizada**, conforme exigência do inciso V do art. 3º da Lei nº 18.269<sup>2</sup>, de 9 de dezembro de 2021, para que então se proceda à devida análise do processo.

Sala da Comissão,

Deputado Rodrigo Minotto  
Relator

---

<sup>2</sup> Lei nº 18.269, de 9 de dezembro de 2021, que “Dispõe sobre a concessão e a manutenção do Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina.”